

Demografia e relações de trabalho em Angola c.1800: um ensaio metodológico*

Paulo Teodoro de Matos **

*Jelmer Vos****

Resumo. Este artigo visa analisar as relações laborais em Angola, em 1800, com base num conjunto de mapas estatísticos de população produzidos nas primeiras décadas do século XIX. Apesar das limitações inerentes à estatística demográfica elaborada no contexto colonial português oitocentista os dados permitem avançar para um primeiro retrato acerca das actividades económicas e das relações laborais em Angola. A proposta deste artigo é a de apresentar dados quantitativos quer no âmbito da demografia, quer das relações laborais a partir de informação produzida pelas autoridades locais e não apenas baseada em projecções retrospectivas.

Palavras chave: Angola; Demografia; Relações laborais.

Demography and labor relationships in Angola c.1800: a methodological essay

Abstract. Current paper analyzes labor relationships in Angola around 1800, foregrounded on a set of statistical population maps produced in the first decades of the 19th century. In spite of the limitations in demographic statistics worked out within the context of 19th century colonial regime, data give a first glimpse on economical activities and labor relationships in Angola. Current article provides statistics for the demographic area and labor relationships from information given by local authorities and not merely on retrospective projections.

Keywords: Angola; Demography; Labor relationships.

* Artigo recebido em 08/08/2013. Aprovado em 17/10/2013.

** Professor da Universidade Católica Portuguesa e pesquisador do Centro de História de Além Mar, da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. E-mail: plmatos@fcsh.unl.pt

*** Professor da Universidade Católica Portuguesa e pesquisador do Centro de História de Além Mar, da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. E-mail: plmatos@fcsh.unl.pt

*** Professor da Old Dominion University, Norfolk, VA, USA. E-mail: jelmervos@hotmail.com

Demografia y relaciones de trabajo en la Angola decimonónica: un ensayo metodológico

Resumen. Este artículo pretende analizar las relaciones laborales en Angola, sobre la base de un conjunto de mapas estadísticos de población confeccionados durante las primeras décadas del siglo XIX. A pesar de las limitaciones inherentes de la estadística demográfica del período colonial portugués decimonónico, los datos permiten confeccionar un primer retrato acerca de las actividades económicas y de las relaciones de trabajo en Angola. La propuesta de este artículo es presentar datos cuantitativos tanto en lo demográfico como respecto de las relaciones laborales, a partir de la información producida por las autoridades locales y no sólo basada en proyecciones retrospectivas.

Palabras Clave: Angola; Demografía; Relaciones de trabajo.

Introdução

Angola, a par de Moçambique e da Etiópia, é um dos poucos países da África subsariana para os quais o seu passado colonial está relativamente bem documentado. Os historiadores de Angola encontram-se numa posição privilegiada ao disporem de um rico leque de fontes primárias, quer manuscritas, quer impressas, produzidas desde 1500 pelos missionários católicos e agentes da Coroa portuguesa com informação social, política e económica das comunidades africanas antes da partilha colonial no fim do século XIX. Ainda assim esta informação não deixa de se considerar fragmentária quando confrontada com os dados quantitativos exigidos pelo *Global Collaboratory on the History of Labor Relations* para a construção de análises comparativas no tempo e no espaço.

No início da sua carreira o historiador John Thornton (1977; 1980) fez uso dos registos paroquiais de baptismo e de numeramentos da população para diversos estudos sobre o crescimento da população no reino de Congo e Angola durante os séculos XVII e XVIII. Posteriormente Heywood e Thornton

(1988) viriam a publicar um estudo acerca das densidades populacionais de Angola central durante o século XIX tendo por base listas fiscais africanas. Curto (1999) e Curto e Gervais (2001) também se debruçaram sobre a história da população de Luanda tendo como bases os mesmos materiais que suportam este estudo. Apesar destes importantes estudos os historiadores do passado colonial angolano ainda não produziram uma estimativa acerca do volume da população total, sua composição e estrutura, assim como das suas actividades económicas e relações laborais, parâmetros estes fundamentais para o *Global Collaboratory*. Tendo em conta a informação disponível não causa surpresa a relutância destes investigadores em produzir estatísticas para o actual território angolano. Além do mais a tentativa de retratar a história demográfica e económica de Angola oitocentista usando as fronteiras do estado angolano actual acarreta algum anacronismo, uma vez que este espaço foi construído no início do século XX a partir de várias entidades políticas independentes com realidades sócio-económicas muito diferentes entre si.

Contudo, neste artigo partimos do princípio que é possível avançar uma estimativa relativamente fiável acerca da população de Angola e sua estrutura demográfica tendo por base um conjunto documental de mapas estatísticos da população produzidos entre 1777 e 1820. Estes numeramentos da população foram executados em zonas sobre o controlo nominal das autoridades portuguesas - os chamados presídios - cobrindo uma parcela do actual território de Angola. Do ponto de vista demográfico e económico os presídios diferiam das sociedades africanas locais fora desta esfera administrativa, pelo que a extrapolação dos dados não é sempre possível. Contudo é importante destacar a sólida base de trabalho possibilitada por estes mapas para a secção de 1800 acerca da dimensão, composição e vida económica da população “angolana.” Consequentemente estamos na posse de dados mais robustos do que as simples projecções retrospectivas.

Neste artigo tentaremos em primeiro lugar descrever o contexto histórico de produção dos mapas estatísticos da população no império português e de Angola em particular e de como estes mapas foram estruturados. Seguidamente debruçamo-nos sobre as limitações metodológicas geradas por estas estatísticas, algumas delas bem conhecidas pelos seus produtores, assim como os seus resultados mais relevantes. Numa segunda fase movemo-nos da amostra para a construção de estimativas sócio-demográficas de Angola em 1800, de modo a serem disponibilizadas nas futuras bases de dados do *Global Collaboratory* e do Projecto *Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono: continuidade e mudança, 1800-2000*. Começaremos por considerar os indicadores demográficos base para nos dedicarmos seguidamente às principais actividades económicas e, por fim, às relações laborais. O objectivo central será questionar até que ponto este conjunto documental ímpar disponível para 1800 poderá ser utilizado para um ambicioso projecto como o *Global Collaboratory*.

O contexto de produção de fontes e sua estrutura

Desde sensivelmente meados do século XVIII um novo conjunto documental começa lentamente a surgir na administração ultramarina portuguesa. Tratam-se dos “mapas estatísticos da população,” de periodicidade anual, cuja elaboração fora incumbida aos diversos governadores das possessões portuguesas na sequência de diversas determinações régias. A confeção destes quadros gerais da população, posteriormente remetidos ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, exigia um significativo esforço burocrático da parte das estruturas político-administrativas do século XVIII. Para a execução dos *mapas* era convocada principalmente a Igreja e o Exército os quais, através dos párocos e capitães de ordenanças, forneciam às entidades civis as listas nominativas dos

habitantes e os quadros primários com o número de habitantes. Este intrincado processo envolvia diversas entidades e agentes, até à formulação de um “mapa geral” da responsabilidade de cada um dos presídios angolanos.

Entre 1750 e 1797 assiste-se à construção e consolidação de um sistema de estatística demográfica para os domínios ultramarinos. Aos numeramentos de carácter episódico começam a seguir-se séries de mapas estatísticos coligidos a partir da década de 1760. Finalmente pelo Aviso de 21.5.1776 viria-se finalmente consagrar a obrigatoriedade da execução destes mapas para cada um dos territórios ultramarino (ALDEN, 1963, p. 177-80; WAGNER, 2009, p. 1-3; MATOS, 2013). Sucederam-se várias outras orientações, em especial as emanadas em 1796-1797, que vieram desenvolver as categorias censitárias do diploma de 1776.

Em Angola, à semelhança de outros domínios, as ordens régias relativas à execução dos mapas de população são transmitidas ao novo governador por meio de *Instruções*. É assim que António de Lencastre, investido nas funções de governador do reino de Angola em 1772, apresenta no ano seguinte o mapa dos habitantes da cidade de Luanda, o primeiro numeramento existente para a colónia. O documento incluía informação sobre os brancos, mulatos e pretos (livres e escravos), mulheres livres e escravas (brancas, mulatas e pretas), entre outras informações (CURTO; GERVAIS, 2001, p. 16.)

Os primeiros e únicos censos extensivos ao reino de Angola enquanto unidade territorial datam, porém, de 1777 e 1778, em cumprimento da ordem régia de 21.5.1776, aí se numerando os livres e escravos.¹ Thornton dedicou a este censo um estudo exploratório onde fez notar a extrema dificuldade das autoridades em realizar este cômputo. Na realidade, muitos sobas recusaram-se a colaborar para o que poderá ter contribuído a

¹ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), caixa 61, documento 81.

tradicional resistência das populações, temendo os recrutamentos militares e obrigações fiscais (THORNTON, 1980, p. 417-421).² É possível que outros censos tenham sido levados a cabo como se depreende das *Instruções* dadas ao governador de Angola, José Gonçalo da Câmara; no entanto não há deles notícia até agora nos arquivos portugueses e angolanos.

Apesar das várias diligências da coroa no âmbito da estatística da população, só a partir de 1797 se dispõe de uma série praticamente ininterrupta para cada um dos *presídios* de Angola. Em 14.09.1796 uma ordem dirigida ao governador de Angola passava a exigir o levantamento anual da população de todos os presídios. O diploma solicitava, ainda, informação bastante minuciosa sobre eclesiásticos, homens e mulheres (brancos, pretos e mulatos), condição (livres ou escravos), estado civil e grupo etário (0-7, 7-14, 14-25 e 25+ para ambos os sexos). As tabelas deveriam, ainda, conter dados sobre as profissões, entradas e saídas de habitantes durante o ano civil e os nascimentos e óbitos. Como resultado desta diligência subsistem mapas dos diversos presídios de Angola em série praticamente contínua desde 1797 segundo esta estrutura (CURTO; GERVAIS, 2001).

No contexto das estatísticas demográficas do império português os mapas de Angola revelam características únicas. Por um lado os habitantes de ambos os sexos passam a ser representados pelas mesmas classes etárias; por outro o estado civil é anotado. No entanto a principal novidade estava nos movimentos da população que passam a integrar as entradas e saídas, possibilitando o cálculo do crescimento natural e migratório. Uma outra tipologia de mapas estatísticos começa a surgir a partir de 1798. Esta decorre do diploma régio de 6.12.1797 pelo qual se ordenava aos governadores o

² (AHU, caixa 61, documento 81). Os sobas são as autoridades locais que prestavam vassalagem ao rei de Portugal.

envio de oito mapas, três dos quais relativos à população.³ O primeiro relacionava-se com o estado da população. A informação era idêntica ao do diploma de 1796, mas com uma importante inovação, pois os grupos de idade passam a ser regulares: 0-5, 5-10, 10-20, ... 100+. O formulário nº 2 solicitava a distribuição dos efectivos masculinos por profissões e o jornal diário de artífices e agricultores. Os movimentos, descritos no formulário nº 3, incorporavam significativas melhorias. Requeriam-se os nascimentos por sexo das crianças vivas, mortas e gémeas. Nos óbitos, também desagregados quanto ao género, deveriam discriminar-se os escalões etários (0-1, 1-5, 5-10, ... 100+), o mesmo sucedendo com os casamentos. Finalmente, requeria-se um mapa acerca das causas mortalidade, classificadas em *naturais* e *acidentais*.

A ordem de 6.12.1797 marcava um novo paradigma na estatística demográfica do ultramar português, embora seja importante referir que os mapas formulados segundo esta directriz apenas respeitem a Benguela (AHU, *Angola*, cx. 89, doc. 88. Benguela, 1798).

Com efeito o sucesso desta iniciativa parece ter sido muito limitado, em parte devido à grande complexidade na reunião dos dados. É neste quadro que o governador de Angola, Miguel António de Melo informa, em 1800, não ser exequível a elaboração de tais mapas para o reino de Angola. A este respeito as informações de Miguel António de Melo são importantes para compreender as limitações das autoridades neste âmbito. Segundo este apenas nas cidades de Luanda e Benguela seria possível ordenar com exactidão os mapas “porque as paróquias do sertão pela maior parte não têm párocos e são tão extensas como o território de cada huma equivale a hum bispado de Portugal” (AHU, *Angola*, cx. 95, doc. 42).⁴ Esta limitação era, naturalmente,

³ (AHU, *Conselho Ultramarino*, códice 579, fl. 193v - ordem expedida ao governador de Benguela). Esta ordem menciona os ‘índios aldeados’, certamente por se tratar de uma cópia expedida para as diversas capitanias do Brasil.

⁴ “Observações sobre os mapas que com o aviso de 21.10.1797 foram remetidos para servirem

extensível à contabilização dos movimentos naturais, designadamente os baptismos e óbitos. Assim, excluindo-se as cidades de Luanda e São Filipe de Benguela, dizia o governador que "ainda limitando as notícias do mapa às nossas povoações elas são impraticáveis de adquirir porque não há professores e porque os párocos que enterrão os mortos são taes que por mais que se lhes peça averiguem e digam, nada fazem" (AHU, Angola, cx. 95, doc. 42).

Por consequência as dificuldades de implementação deste modelo estatístico ditaram a manutenção das categorias censitárias determinadas pelo diploma de 14.09.1796. O investigador interessado no estudo da demografia e relações de trabalho de Angola em inícios do século XIX tem, por isso, ao seu dispor um extenso *corpus* de mapas estatísticos elaborados para cada um dos *presídios* e *distritos* do território. São conhecidas séries de mapas para 1797, 1800, 1804-1807, 1810 e 1819-1830 permitindo acompanhar com alguma profundidade os principais vectores dos padrões demográficos e de algumas relações laborais. O facto de estarmos perante uma única matriz de mapas (excluindo as cidades de Luanda e Benguela), potencia a comparabilidade da informação para cada uma das unidades territoriais.

Questões de método e resultados

O principal obstáculo da informação disponível nos *mapas da população* assenta na sua representatividade. Para além de uma ocupação humana essencialmente circunscrita às áreas costeiras e de alguns rios, a própria representação estatística dos súbditos confina-se essencialmente às zonas centrais e militarmente controladas de cada um dos presídios. Esta é, aliás, uma realidade muito importante a ter em conta na interpretação das estatísticas e da

de modelo para as notícias actuais do estado da povoação e agricultura e comercio deste Reino" (14.04.1800).

qual os próprios governadores reiteradamente anotaram nos seus ofícios. Em 1800 o governador de Angola comentou: "Quanto à exactidão [dos dados] dos presídios não me atrevo a aboná-la porque claramente vejo em alguns [presídios] como nos de Caconda ou Encoge erros palpáveis [...] porque eles [padres e militares] são homens que pecam por ignorância e com taes gentes, diga-me Va. Exa., que quer que eu faça?" (AHU, *Angola*, cx. 95, doc. 42. 1800, Abril, 14). Alguns anos depois, em 1805, o dignatário angolano insistia que estes mapas eram elaborados por "aproximação" pelos regentes, contemplando apenas os indivíduos residentes dentro dos presídios ou no alcance imediato da sua artilharia (AHU, *Angola*, cx. 112, doc. 47. 1806).

A larga maioria da população angolana (teoricamente "vassalos") encontrava-se na tutela dos *sobas* ou *dembos*, as autoridades regionais tradicionais. Os seus responsáveis deveriam comunicar aos capitães dos presídios acerca do número total dos seus dependentes mas, como advertia o governador estes tendiam a ignorar a população sob a sua jurisdição e, consequentemente, a sub-estimá-la (AHU, *Angola*, cx. 112, doc. 47. 1806). Este tipo de ocorrências eram, inclusivamente, detectados pelos próprios capitães. Assim, em 1800, o capitão de Massangano referia "ainda que se anotem 31 sobas vassalos, não é porque na realidade o seião mais do que 3 ou 4".⁵ Também em 1820 o capitão de Caconda advertia que "o número dos sobas vassalos mostra os que o devem ser, mas na prática são muito poucos os que prestão alguma vassalagem quando antigamente todos as cumpriam".⁶

Outra dificuldade recorrente reside no desigual conhecimento dos grupos sociais pelas autoridades. Os mapas incluem as categorias de "brancos, pretos e mulatos" dentro das quais se especificam os grupos etários, condição civil, naturalidade, etc. Ao contrário da população branca, certamente bem

⁵ Observação aposta no mapa estatístico de Massangano (AHU, *Angola*, cx. 93A, doc 55. 1799).

⁶ Observação aposta no mapa estatístico de Caconda (AHU, *Angola*, cx. 138, doc. 52.(1820).

contabilizada, a informação apresenta naturais falhas para os escravos. Apesar de ser passível o cômputo grosseiro deste grupo nem sempre se conhecia a sua estrutura etária e comportamentos demográficos (baptismos e óbitos). Em alguns casos o total da população escrava não corresponde ao total do somatório das idades, certamente por não ser possível recolher essa informação. Tal aconteceu, por exemplo, no presídio de Pedras de Pungo onde se observa que "os escravos não entram com idade por se não poder saber, por serem a maior parte comprados no sertão e aos nascidos neste presídio não se formar assento".⁷

No que respeita à informação disponível para as profissões é necessário frisar que esta respeita aos cargos militares, eclesiásticos, funcionários régios e as "artes e mesteres." Para o período em estudo estes dados são muito relevantes mas, naturalmente, omitem os agricultores, pescadores, comerciantes, e outras ocupações que correspondiam à esmagadora maioria da população laboral angolana. A maior dificuldade - e seguidamente a ser aqui discutida - resulta em saber até que ponto se poderá extrapolar esta informação para a totalidade do território.

Não é tarefa fácil discutir a qualidade dos dados em questão. Tratam-se aqui de populações não estáveis, com um peso significativo da população escrava, sempre difícil de contabilizar. Deixando, por ora, as questões de representatividade é importante aquilatar a robustez desta informação tendo em conta: 1) a consistência do volume da população; 2) a percentagem dos grupos sociais: brancos, negros (livres/escravos) e pardos (livres/escravos); e 3) a distribuição percentual da população (e grupos sociais) por classes etárias.

1). Para a secção de 1800 foram considerados os dados do censo de 1777, para os presídios de Ambaca, Caconda, Cambambe, Encoge,

⁷ Observação aposta no mapa estatístico de Novo Redondo (AHU, *Angola*, cx. 93A, doc. 55. 1799).

Massangano, Muxima, Novo Redondo e Pedras de Pungo para 1 de Janeiro de 1800 e os relativos a Benguela (1804), Dande (1797), Golungo (1805), Icolo e Bengo (1805) e Luanda (1799), apresentando no seu conjunto um total de 162.961 efectivos (Tabela 1). Numa perspectiva de média duração é importante notar que este valor é substancialmente inferior aos 474.117 indivíduos contabilizados no censo de 1777, teoricamente elaborado ao nível de todo o reino e com o auxílio dos sobas. No entanto como nota John Thornton (1980) os valores do censo de 1777 não oferecem garantias quanto à cobertura territorial, sendo este o produto de diversas estimativas. Aliás, para cerca de 1850, Lopes de Lima (1846) computa a população de Angola em 386.643 indivíduos, admitindo que esse valor pudesse ultrapassar largamente os 400.000 efectivos. Ora o que aqui importa reflectir independentemente do próprio crescimento populacional será, antes de mais, a noção de Angola enquanto unidade geográfica na perspectiva das autoridades portuguesas em inícios e meados do século XIX.

Para a produção de uma estimativa para 1800 optou-se em primeiro lugar pela utilização dos mapas existentes para cada presídio (1797-1805), quer pela riqueza da sua informação, quer por os podermos inserir numa série contínua de estatísticas e assim controlar a sua qualidade. Além disso, o carácter regular desta informação demográfica demonstra que esta decorre de um processo burocratizado na administração e, por esta razão, tendente a uma gradual qualidade. Conforme a Tabela 1, o confronto da população entre 1800 e 1820 mostra não existir uma significativa discrepância do número global de efectivos, atestando alguma qualidade dos dados. Com efeito, o facto do total dos habitantes ser superior em 1800 resulta essencialmente da grande diminuição da população Golungo, certamente por em 1820 não se terem incluído vários sobas vassalos. Por outro lado são mantidas as divisões

administrativas - com excepção do Novo Redondo - que corrobora a coerência interna dos dados.

Existem, contudo, algumas observações importantes acerca dos dados originais, quer para os de 1800, quer para os relativos a 1820. Detectam-se diferenças entre os somatórios por idades, estado civil, naturalidade e condição civil (livres/escravos) as quais, em alguns casos, ultrapassam os 20%, sendo que o total da população por condição civil é sempre superior. Isto levou-nos a considerar este último resultado como o mais correcto. Esta realidade sugere que as autoridades tendiam a ter um conhecimento mais concreto do volume da população do que das suas características em termos de estrutura etária e civil; isto é particularmente visível para a população escrava, onde a subavaliação é superior. De um modo geral procederam-se a correcções ligeiras de valores tendo em conta os erros declarados nas fontes que, no geral, ascendem a menos de 7% do valor original.⁸

Tabela 1. População de Angola por distritos e presídios em 1800 e 1820

Distrito/Presídio	1800 (original)	1800 (corrigido)	1820 (original)
Ambaca	35335	35399	35,964
Benguela	1936	2007	2,249
Caconda	12799	13364	20,203
Cambambe	5610	6143	10,352
Dande	7712	7675	11,803
Encoge	8869	18609	15,421
Golungo	60503	60051	12,373
Icolo e Bengo	14773	14757	21,29
Luanda	5702	5702	5,68
Massangano	6585	6564	11,066

⁸ Excepcione-se o presídio de Encoge para o qual se registou um largo predomínio de mulheres. Os valores foram corrigidos de acordo com os dados de 1820 onde esta subavaliação não existia. Em Pedras de Pungo ocorreu um erro significativo na soma dos totais (978 indivíduos na fonte, tendo sido apurado um total final de 2317).

Distrito/Presídio	1800 (original)	1800 (corrigido)	1820 (original)
Muxima	1860	1861	7,97
Novo Redondo	299	293	-
Pedras de Pungo	978	2317	7,061
TOTAL	162961	174742	161,432

2). A análise comparada dos grupos sociais através dos censos de 1777, 1800, 1820 e 1850 revela algumas discrepâncias no peso da população escrava, principalmente nos extremos da observação com 9% em 1777 e 22,4% em 1850. Contudo, as principais linhas de força são mantidas através dos tempos. Assim, é esmagadora a presença dos negros (94-99%) e diminuta a presença dos brancos (0,4%) e pardos (1,8%) conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Grupos sociais e população escrava em Angola, 1777, 1800, 1820 e 1850 (% da população total)⁹

Grupo	1777	1800	1820	1850
Branços	0,3	0,5	0,3	0,5
Pardos livres	0,8	1,2	3,2	1,5
Pretos livres	89,9	81,6	79,8	75,6
Pardos escravos	0,1	0,1	2,9	0
Pretos escravos	8,9	16,6	13,8	22,4
Nº observações	474,117	162,961	161,432	386,525
Branços	0,3	0,5	0,3	0,5
Pardos	0,9	1,4	6,1	1,5
Pretos	98,8	98,2	93,6	98
População livre	91	83,3	[83.3]	77,6
População escrava	9	16,7	[16.7]	22,4

⁹ Os dados respeitantes a 1800 correspondem aos valores originais da fonte.

3). Não é possível comparar em absoluto as estruturas etárias de 1777 com as de 1797-1805 na medida em que os grupos etários são desiguais. Por outro lado, em 1797-1805, os dados relativos à estrutura por idades excluem diversos escravos "pretos". A análise comparativa da repartição etária entre sexos sugere diferenças assinaláveis nos vários grupos, em particular no dos 0-7 anos. Assim os homens deste grupo representam 15.4% da população masculina, mas as mulheres apenas 7.6%. Não subsistem, por isso, grandes dúvidas acerca da forte sub-representação deste grupo etário para o sexo feminino (Tabela 3).

Tabela 3. Estruturas etárias em Angola, 1797-1805 (valores não corrigidos).

Grupos/ escalões etários	Homens				Mulheres				Total			
	< 7	7-14	14-25	> 25	< 7	7-14	14-25	> 25	< 7	7-14	14-25	> 25
Branços	2.7	2.2	7.0	88.2	15.0	15.0	25.0	45.0	3.9	3.4	8.7	84.0
Pretos	15.4	16.0	15.0	53.6	7.5	21.0	22.4	49.1	11.2	18.6	18.9	51.3
Pardos	18.3	14.8	19.5	47.4	14.6	14.2	20.3	50.9	16.7	14.6	19.8	48.9
TOTAL (por sexo)	15.4	15.9	15.1	53.6	7.6	20.9	22.4	49.2	11.3	18.5	18.9	51.3
Total global	7.3	7.6	7.2	25.5	4.0	11.0	11.7	25.8	11.3	18.5	18.9	51.3
Total corrigido	8.6	6.3	7.2	25.5	10.2	4.8	11.7	25.8	18.8	11.1	18.9	51.3

Tendo em conta os dados do censo de 1777 verifica-se que os homens entre os 0-7 anos representavam 19.3%, enquanto as mulheres ascendiam a 18.6%. Esses valores são perfeitamente compatíveis com a realidade demográfica das populações de Antigo Regime e aproximam-se dos indicadores de estrutura obtidos para outras sociedades do ultramar português, designadamente Açores e Goa. Neste sentido optou-se por corrigir a estrutura etária de 1797-1805 tendo presente os coeficientes de 1777 para o grupo dos 0-7 anos, quer para os rapazes, quer para as raparigas.

Dos dados parcelares para os dados globais

A informação censitária para o período de 1800 apenas abrange uma pequena fracção do território que nos inícios do século XX viria a constituir o actual estado de Angola. Como se salientou anteriormente os dados referem-se

apenas aos indivíduos residentes na área controlada pela administração portuguesa, o que seria inferior a 10% do total de habitantes no espaço demarcado pelas atuais fronteiras de angolanas. Ainda assim algumas das características demográficas deste pequeno universo podem ser projectadas para um cenário mais amplo. Outros indicadores demográficos são peculiares no contexto colonial e por isso não susceptíveis de extrapolação, embora por vezes tais dados possam ser utilizados como números absolutos.

Em termos concretos optou-se por aceitar a idade e género das amostras estatísticas (os mapas dos presídios de 1797-1805) como representativos da população angolana em geral. Neste raciocínio admite-se que 48% da população africana em 1800 era masculina e 52% feminina. Como iremos verificar de seguida estes rácios são importantes para a determinação da força laboral específica de determinados sectores económicos, já que homens e mulheres desempenhavam funções diferentes na sociedade. De forma a calibrar a estrutura etária de 1800 com os censos de meados do século XX foi recalculado o peso do grupo dos supostos "inactivos" de idade menor (0-9 anos). Para se apurar este grupo dividiu-se a população de 8 a 14 anos (grupo 7-14) por 7 para se atingir a população com 8 e 9 anos. O resultado mostra-nos que este grupo de 0-9 anos compreendia 22% da população.¹⁰

Como números absolutos para a população residente no actual território de Angola em 1800 relativamente à etnicidade (população branca, mulata e escrava) aceitaram-se os totais avançados pelos mapas estatísticos. Assim, assume-se que o número de mulatos e de indivíduos legalmente escravizados residindo fora do controle colonial português seria pouco significativo. Especialmente no que se refere à população escrava este

¹⁰ Em termos comparativos tomando-se como consideração uma amostra de âmbito nacional realizada em 1914 (DINIZ, 1915), 45% da população angolana era masculina, enquanto em finais do século XX a percentagem ascendia a 51. Na estimativa de 1914 cerca de 26% da população tinha idades compreendidas entre 0 e 9, rácio este que subiu ainda mais no decurso do século.

pressuposto requer uma explicação, também porque a forma de contar a população escrava tem implicações directas para o estudo das relações de trabalho. Os 27.194 escravos incluídos nos mapas de 1800 respeitam africanos escravizados dentro do quadro normativo europeu; o seu estatuto de escravos era, conseqüentemente, legal. Constituíam-se por isso como propriedade particular dos seus senhores que dispunham do direito de usar a sua força de trabalho ou de as vender. Este tipo de escravatura assumia-se, naturalmente, como o oposto, ou seja, a negação da liberdade. Nas sociedades africanas fora do domínio português também existiam escravos. No entanto o seu estatuto era pouco definido sob o ponto de vista jurídico. Usualmente estes escravos integravam-se como membros das comunidades onde residiam, desenvolvendo aí as mesmas actividades económicas do que os membros livres dessas mesmas comunidades. Por outras palavras os escravos eram pertença de um grupo de parentesco não se constituindo, por isso, como um estrato social homogêneo (KOPYTOFF; MIERS, 1977). Na maior parte das sociedades africanas não existia somente uma designação para uma pessoa escravizada. A forma como o "escravo" era designado indicava a forma como este ou seus ascendentes haviam sido tirados das suas famílias biológicas, por exemplo, através da compra, captura, ou como simples garantia de pagamento. E, uma vez pertencentes a um novo grupo familiar, os escravos não eram considerados como propriedade no sentido como a administração portuguesa entendia.

Para o cálculo da estimativa global da população angolana servimo-nos das taxas de crescimento de Angola para 1850-1950 propostas por Patrick Manning e posteriormente revistas pelo mesmo. Concordando com o autor entendemos que no decurso do tráfico atlântico de escravos as populações abrangidas por este comércio poderão não ter crescido. (MANNING, 2010).¹¹

¹¹ Para as estimativas de Manning acerca do crescimento da população de Angola, veja-se <http://www.dataverse.pitt.edu/archive/users.php>.

Apesar disto a estimativa de Manning foi revista numa das suas componentes. Em vez de se aceitar o valor global de 2.9 milhões de indivíduos para 1900 usamos a estimativa oficial das autoridades portuguesas para 1950 segundo a qual Angola teria 2.716.000 habitantes (ANGOLA, 1953, p. 16). Assim atinge-se uma cifra global de 2.5 milhões em 1850 em contraste com a proposta por Manning, 2.6 milhões. Com uma taxa anual de crescimento de 0% no contexto do tráfico negreiro, 2.5 milhões de habitantes é a estimativa atingida para Angola em 1800, número com o qual trabalharemos doravante.¹²

Desta estimativa de 2.5 milhões assume-se que 1.2 (48%) seriam homens e 1.3 (52%) mulheres; existiriam 550.000 crianças com menos de 10 anos (22%). Com base nos censos elaborados para Angola em 1950 e 1960 assumimos que 0.8% dos residentes teria idades superiores a 75 anos, resultando num grupo de 20.000 "idosos". Este valor poderá parecer porventura especulativo, especialmente considerando que a esperança de vida à nascença até ao fim do período colonial terá aumentado. Contudo não será abusivo supôr que um em cada cem africanos no século XIX atingia a idade de 75 anos. Por exemplo, em uma amostra de 173 óbitos registada por missionários católicos em Mbanza Kongo entre 1890 e 1904, dois indivíduos averbaram idades superiores a 75 anos.¹³ Conjuntamente as crianças e idosos correspondiam à população inativa de 570.000 (22,8%), atingindo-se uma população activa de 1.930.000 efetivos (77.2%) (dos quais 48% eram homens e 52% mulheres).

¹² Durante a primeira metade do século XIX Angola ainda se encontrava substancialmente envolvida na exportação de escravos para o Brasil e Cuba. Entre 1801 e 1850 estima-se que 1,9 milhões de escravos africanos saíram da África Central para as Américas, a maior parte destes a partir de portos situados no actual território angolano. A este respeito consulte-se: <http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces?yearFrom=1801&yearTo=1850&embarkation=7>. Recentes investigações conduzidas por Daniel Domingues da Silva (2011) confirmam os relatórios coevos pelos quais muitos destes escravos eram oriundos de regiões hoje pertencentes a Angola. Veja-se também Curtin & Vansina (1964).

¹³ Arquivo de Bispado (Luanda), Assentos de óbitos, São Salvador, 1890-1892, 1896-1899, 1900-1904.

Actividades económicas

Os únicos dados disponíveis nos mapas da população em relação às profissões respeitam ao corpo civil e aos ofícios mecânicos dos vários presídios, incluindo apenas a população masculina e deixando de fora os trabalhos agrícolas assim como a representação acerca das condições laborais. Perante os dados respeitantes aos presídios em 1797-1805 contabilizamos um total de 83 clérigos, 1.937 oficiais régios - dos quais 1.304 soldados - e 3.804 profissões ligadas às artes e ofícios. Esta última categoria era composta em parte por escravos (VENÂNCIO, 1992, p. 51).

Tabela 4. Profissões masculinas em Angola, 1797-1804

Clergy	Royal officers		"Mechanic professions"												GLOBAL TOTAL (Mechanical professions)
	Civil servants	Soldiers	Carpenters	Metal workers	Blacksmiths	Masons	Tilers	Potters	Shoemakers	Tailors	Shavers	Dunnage makers	Basket weavers	Bag makers	
83	633	1304	192	6	487	117	80	329	79	136	57	705	1033	583	4082

Os mapas estatísticos da população (1800-1820) não incluíam as profissões mais representativas dos angolanos no início do século XIX. Por exemplo, muitos africanos empregavam-se em viagens de longa distância para o comércio de escravos e de marfim, conhecidos como *pumbeiros descalços*. As suas caravanas eram financiadas por mercadores sediados em Luanda, enquanto os capitães-mores dos estabelecimentos coloniais no interior os auxiliavam no recrutamento de carregadores. Algumas comunidades situadas na costa, como os Axiluanda que viviam na ilha de Luanda, eram especializadas na pesca e seu comércio. Estes grupos organizavam as suas actividades piscatórias através de uma estrutura familiar, embora a construção das suas canoas ocupassem apenas os homens. Alguns destes eram também recrutados como marinheiros em embarcações portuguesas. Outras comunidades costeiras ocupavam-se da

produção de sal. Existiam três importantes salinas na região de Benguela, duas nas imediações de Luanda e ainda outras junto à costa norte do rio Dande, onde se situava o limite norte da ocupação portuguesa. Para além destes exemplos os africanos ocupavam-se de outras artes e ofícios tradicionais na economia angolana colonial para além das listadas nos mapas estatísticos como a fiação do algodão, tecelagem e a produção de cera para vela (VENÂNCIO, 1992, p. 51-2; 55-59; 95-98; 107-129; 146-150). Todavia, é virtualmente impossível estimar o número de indivíduos empregues em cada uma destas três actividades. Mesmo assim a informação dos mapas poderá lançar alguma luz sobre o tipo de actividades económicas prevalentes em Angola e a população empregue em tais áreas.

O que poderá ser dito, então, acerca da vida económica da população angolana em 1800? O primeiro facto a ter presente é que antes do século XX praticamente todos os angolanos viviam em contexto rural. A população urbana de Angola era aproximadamente de 10.000, onde as duas cidades principais, Luanda e Benguela, concentravam 6.414 e 2.631 indivíduos, respectivamente.¹⁴ A agricultura de subsistência e, em algumas áreas, a criação de gado ocupava a esmagadora maioria da população. A unidade social a partir da qual se organizavam as actividades económicas era, invariavelmente, o agregado doméstico. Persiste uma falta de conhecimento sobre a organização económica doméstica na Angola colonial, em grande medida determinada pela escassez de fontes históricas. Seguindo a descrição de John Thornton para o Congo, no norte de Angola, no século XVII cada agregado doméstico agrupava em média cinco a seis pessoas e centrava-se na união marital entre o esposo e a esposa, cada um deles contribuindo igualmente para a economia doméstica. A maior parte do trabalho agrícola era desempenhado pela mulher que também se

¹⁴ Veja-se: (CURTO; GERVAIS, 2001); (AHU, *Angola*, caixa 89, doc. 88. Capitania de Benguela... 1799).

encarregava das tarefas domésticas, como a confeção de alimentos, limpeza, abastecimento de água e criação dos filhos. Os homens consagravam a maior parte do seu tempo à colheita de frutos florestais, caça, pesca, construção civil e manutenção das habitações e, ainda, à produção de panos e alfaías agrícolas. As suas tarefas agrícolas limitavam-se à limpeza da terra no início das chuvas. Parte da produção agrícola do agregado era vendida nos mercados locais (THORNTON, 1980, p. 29-30; MACGAFFEY, 1986, p. 25). Esta seria uma descrição genérica da actividade económica em Angola. O que as populações faziam para garantir a sua subsistência variava consoante a região e era fortemente influenciado por factores geográficos. Por exemplo, ao sul do planalto central de Angola a agro-pastorícia sobrelevava as restantes actividades. Aqui as populações combinavam a agricultura com a pastorícia e comércio em contraste com o norte de Angola (VANSINA, 2004, p. 132-155).

No quadro do *Global Collaboratory* a nossa tarefa é, porém, de potenciar as comparações no tempo e espaço de vários países. Isto leva-nos em primeiro lugar a definir as actividades económicas da população de acordo com os principais grupos do HISCO. As categorias principais para o caso de Angola c. 1800 serão os comerciantes (HISCO nº 4), trabalhadores nos serviços (nº 5), trabalhadores empregues na agricultura, pecuária e sivilcultura (nº 6) e os indivíduos empregues na área da produção e dos transportes (nº 7-9). Nesta cronologia um número residual de indivíduos empregava-se em profissões técnicas especializadas (nº 1), actividades administrativas e de gestão (nº 2) e em ocupações religiosas (nº 3). Não existiria mais de uma centena de padres em Angola em inícios do século XIX. O número de especialistas religiosos africanos seria certamente muito maior (todas as aldeias teriam pelo menos um), mas não consideramos as suas funções religiosas separadamente das económicas.

Uma vez que homens e mulheres desenvolviam actividades económicas diferentes é útil iniciar a estimativa a partir dos vários segmentos da população. Relativamente aos homens activos consideramos que 10% do seu trabalho se destinavam às actividades comerciais (nº 4), em particular no comércio de alimentos, sal, ferro, cobre, cerâmica, marfim e escravos. Apesar do comércio de longa distância estar fortemente desenvolvido em Angola e focando-se nos escravos, marfim e outros géneros, era controlado por alguns grupos especializados, como os Zombo e Soso no norte de Angola e os Cokwe no este. Mas a maioria dos homens angolanos estaria excluídos de tais actividades. Aproximadamente outros 10% da força laboral estariam empregues na produção (nº 7-9) como a construção e a manufatura de tecidos, ferramentas e armas (PARREIRA, 1990, p. 39-74). Finalmente, 80% do tempo laboral destinavam-se à arboricultura, caça, pesca, pastorícia e outras actividades agrícolas de pequena expressão (nº 6).

Em geral as mulheres passavam metade do dia, desde o nascer do sol ao meio-dia, a trabalhar nos campos. A outra parte da jorna diária era usualmente ocupada com as lidas da casa. Ocasionalmente deslocavam-se aos mercados locais para transaccionar géneros alimentares e artigos para o lar. As mulheres também se ocupavam da pesca fluvial e parte do seu tempo poderia ser também ocupado na produção de cerâmica, cestos e outros artigos de utilidade doméstica (PARREIRA, 1990, p. 51; 63). Convertendo-se estas actividades para a HISCO estimamos que 50% do trabalho se concentrava na agricultura e pesca (nº 6), 35% em actividades domésticas (nº 5), 10% no comércio (nº 4) e 5% nas actividades de produção (nº 7-9). Os resultados destas estimativas para os segmentos de força laboral de Angola por sexos são dadas na Tabela 5.

Tabela 5. População activa por sexo e grupo HISCO, Angola 1800

Grupo HISCO	Masculino		Feminino		Total	
	%	No.	%	No.	%	No.
4: Comércio	10,0	92,6	10,0	100,4	10,0	193.000
5: Serviços	-	-	35,0	351,3	18,2	351.260
6: Agricultura etc.	80,0	741,1	50,0	501,8	64,4	1.242.920
7-9: Produção	10,0	92,6	5,0	50,2	7,4	142.820
Total	100,0	926,4	100,0	1.003.600	100,0	1.930.000

De modo a perspectivar uma análise genérica para o futuro, em 1900 a força de trabalho dedicada às actividades comerciais (categoria 4) aumenta ligeiramente uma vez que mais homens participam em actividades de exportação devido ao transporte e venda da borracha, café e exploração da palmeira e do amendoim. Por contraste, em 1950, a maior parte dos africanos estará excluídos das actividades comerciais já controladas por uma minoria portuguesa. Desde 1900 também se observa uma redução da participação africana na área da produção (ramos 7-9) uma vez que os agregados africanos passam a depender mais de tecnologias importadas e Angola persiste como um território não industrializado e de base rural.

Relações de trabalho

Após a descrição das principais actividades económicas dos angolanos em inícios do século XIX iremos agora incidir sobre as suas relações laborais. Assumimos que praticamente toda a população activa em 1800 se enquadrava no "trabalho recíproco" ou, mais especificamente, no "trabalho dentro do agregado familiar", incluindo o elevado número de escravos residindo nas comunidades africanas. A única forma laboral que poderia, a esta data, ser considerada como "comodificada" seria a dos cerca de 27.000 ou mais

indivíduos legalmente escravizados no espaço jurídico português. As suas idades não são, entretanto, descritas na totalidade, mas presumimos que os contabilizados eram maioritariamente de idade activa. Ao contrário dos escravos nas sociedades africanas, estes não trabalhavam dentro do agregado familiar tradicional. Muitos dos escravos da sociedade colonial eram empregues como trabalhadores agrícolas nos "arimos" no hinterland de Luanda. Os arimos eram vastas plantações que se estendiam pelo leito dos rios Bengo, Dande e Kwanza, de certa forma semelhantes às *haciendas* da América Central, produzindo-se aí sobretudo alimentos e também um pouco de algodão para a economia colonial. Dentro das cidades de Luanda e Benguela alguns milhares de escravos masculinos ocupavam-se de ofícios mecânicos, enquanto muitas mulheres eram empregues como criadas de servir (*mocambas*) nos diversos agregados urbanos. Um pequeno número de escravos ocupava-se, entretanto, em pequenas companhias de pesca e salinas quer privadas, quer estatais (VENÂNCIO, 1992, p. 45-51; 57; 80-88; 103-104; 109).

Ao número oficial de 27.000 escravos residindo dentro da esfera colonial adicionamos o valor de 73.000, para contabilizar tanto os escravos que não foram contados nos mapas, como os que haviam sido retirados da esfera doméstica e integrados no "mercado negro", acabando muitos destes a embarcar para outras paragens. É conveniente recordar que por volta de 1800 partiam anualmente cerca de 35.000 escravos da África Central Ocidental, dos quais a larga maioria seria adulta (ou de idade activa) e dois terços eram homens.¹⁵ Apesar de ser difícil quantificar o número de indivíduos que foram anualmente escravizados para fornecer o tráfico atlântico de escravos não restam dúvidas que os carregamentos efetivos abarcavam uma quantidade massiva de transferências da economia doméstica angolana para os mercados

15 Veja-se: <http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces?yearFrom=1795&yearTo=1805&embarkation=7>.

negreiros atlânticos, naquilo a que Smalwood (2007) precisamente designou de "comodificação".

Assim, excluindo a categoria de “escravos” (tipo 17) partimos da premissa de que de uma população de 2.5 milhões, aproximadamente 2.4 viveria nos agregados domésticos africanos convencionais. Se cada um destes concentrasse em média cinco indivíduos então em 1800 Angola teria cerca de 480.000 agregados. Mas, obviamente, nem cada pessoa dentro dum agregado familiar trabalharia. Haveria aqui que distinguir entre os “os indivíduos que não trabalhavam” e os “indivíduos que trabalhavam.” O primeiro grupo compunha-se quase exclusivamente das crianças com menos de dez anos e dos idosos com mais de 75 anos, embora se reconheça que alguns destes indivíduos pudessem ser economicamente produtivos (por exemplo, as raparigas ajudariam as suas mães em algumas tarefas domésticas e agrícolas básicas enquanto os rapazes aprenderiam a pescar e caçar). No apuramento e quantificação das relações laborais não incluímos os “afluentes ou indivíduos vivendo de rendimentos” (tipo 2), nem os desempregados (tipo 2) uma vez que partimos do princípio que o seu peso era estatisticamente insignificante nesta cronologia. Por outras palavras genericamente apenas as crianças e idosos não trabalhariam devido à sua inadaptação física e ascenderiam a 570.000 (tipo 1).

A exclusão das crianças e idosos resulta num universo de 1.830.000 indivíduos implicados em relações de trabalho recíprocas, dos quais 480.000 seriam chefes de agregado (tipo 4) e os restantes dependentes: esposas, filhos, sobrinhos, escravos, etc. É, contudo, difícil de saber quantas famílias incluíam escravos. Admite-se que por volta de 1600 as aldeias angolanas teriam crescido uma vez que os chamados “big men” (“homens poderosos”) começaram a introduzir mulheres escravas nas suas comunidades matrilineares, o que estaria na base da fundação de linhagens dependentes conectadas às linhagens de origem (VANSINA, 2004, p. 239). Num outro prisma de análise os

descendentes destas escravas estavam longe de ocupar uma posição marginal na sociedade; estes estariam empregues nas explorações agrícolas e comerciavam num quadro mais ou menos similiar aos membros "livres" da comunidade. Além disso, muitos agricultores não gozavam dos privilégios dum "big man" e apenas poderiam contar com o trabalho das suas mulheres e um ou dois filhos. É conveniente recordar que de acordo com os mapas estatísticos disponíveis para os presídios 16.7% da população era escrava. Sugerimos que se deve considerar esta percentagem também para a primeira geração de escravos das sociedades africanas fora da esfera colonial. Assim, 16.7% da população activa poderia ser classificada como "criados do agregado envolvidos na sua produção" (tipo 6) o que se traduz em cerca de 306.000 indivíduos. A restante fracção da população activa, cerca de um milhão, pertenceria à categoria 5, nomeadamente "familiares não remunerados envolvidos na produção do agregado." Os resultados provenientes destes cálculos são sistematizados na Tabela 6.

Tabela 6. Relações laborais em Angola c.1800 segundo a taxonomia do *Colaboratório*

Relação laboral	Número	%
Indivíduos que não trabalham		
Tipo 1: Indivíduos inaptos para o trabalho	570	22,8
Trabalho recíproco		
Tipo 4: Chefes do agregado e a sua produção	480	19,2
Tipo 5: Familiares não remunerados envolvidos na produção	1.044.000	41,8
Tipo 6: Criados do agregado envolvidos na produção	306	12,2
Trabalho comodificado		
Tipo 17: Escravos	100	4,0
População total	2.500.000	100,0

Provavelmente o dado mais saliente desta tabela reside na ausência de trabalho orientado para o mercado. Note-se que muitos dos escravos empregues nos "arimos" no *binterland* de Luanda, em tarefas urbanas, ou na pesca receberiam pagamento pelas suas tarefas, ainda que parcialmente ou na totalidade houvesse transferência dos rendimentos para os seus proprietários. Em 1900, após a abolição da escravatura em Angola, assiste-se ao crescimento dos contratos de trabalho assalariado. Estes trabalhadores, os designados "serviçais", eram maioritariamente empregues - ou forçados a trabalhar - em empresas europeias e muitos teriam sido escravos em tempos mais recuados. Entretanto, a maioria dos angolanos ainda trabalhava nos agregados domésticos tradicionais, ou seja, no quadro das relações de trabalho recíprocas. Só em 1950 uma parte significativa da força laboral masculina passaria a estar integrada na economia remunerada, especialmente como agricultores por conta própria ou indivíduos assalariados no sector privado.

Conclusão

Neste artigo visámos demonstrar a utilidade de um conjunto de mapas estatísticos de população produzidos em Angola, por volta de 1800, para estabelecer as características demográficas conducentes à análise das atividades económicas e relações laborais naquela cronologia. Apesar da estimativa global da população (cerca de 2.5 milhões de Angolanos em 1800) ter sido produzida sem o recurso a estas fontes, os mapas foram fundamentais em determinar quer a estrutura etária da população, quer a percentagem de escravos na sociedade angolana. Salientámos que só o trabalho duma parte relativamente marginal da população escrava era comodificado, nomeadamente dos escravos trabalhando na economia colonial. A este número foi acrescentada uma estimativa de um grupo significativo de "chattel slaves" ou seja, "escravos integrados na economia de mercado" dos quais anualmente perto de 35.000 foram

transferidos para o tráfico atlântico. No entanto, a grande maioria de escravos trabalhava no seio de agregados domésticos nos quais eram integrados como membros escravos, mas não como uma classe económica separada. A omnipresença da escravatura em Angola na época do tráfico era, por isso, compatível com uma economia baseada no trabalho recíproco.

Os resultados apresentados, quer em torno do universo da população residente, quer das actividades económicas e relações laborais são, entretanto, passíveis de revisão. Estamos certos de que a exiguidade de fontes disponíveis, sobretudo as respeitantes às actividades económicas e relações laborais condiciona a análise. O mesmo se dirá da projecção demográfica para 1800 que poderá ser melhorada em função de novos dados estatísticos, de natureza geográfica ou até decorrentes de métodos estatísticos mais sofisticados. Apesar de todas estas limitações estamos em crer que o quadro demográfico, económico e laboral não registaria alterações significativas aos valores aqui enunciados.

Referências

- ANGOLA, Província de. Repartição Técnica de Estatística Geral. *II Recenseamento Geral da População, 1950*, vol. 1. Luanda: Imprensa Nacional, 1953.
- CURTIN, Philip; VANSINA, Jan. Sources of the Nineteenth Century Atlantic Slave Trade. *Journal of African History*, v. 5, n. 2, p. 1085-1208, 1964.
- CURTO, José C. The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850. *International Journal of African Historical Studies*, v. 32, n. 2-3, p. 381-405, 1999.
- CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844. *African Economic History*, v. 29, p. 1-59, 2001.
- ALDEN, Dauril. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study. *The Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, 1963.
- DINIZ, José de Oliveira Ferreira. *Negócios Indígenas. Relatório do ano de 1914*. Luanda: Imprensa Nacional, 1915.

HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. African Fiscal Systems as Sources for Demographic History: The Case of Central Angola, 1799-1920. *Journal of African History*, v. 29, n. 2, p. 213-228, 1988.

KOPYTOFF, Igor; MIERS, Suzanne. African 'Slavery' as an Institution of Marginality. In: MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor (eds.), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.

LOPES DE LIMA, Joaquim. *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas do ultramar*. Livro III. De Angola a Benguella e suas dependências. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

MACGAFFEY, Wyatt. *Religion and Society in Central Africa: The Bakongo of Lower Zaire*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

MANNING, Patrick. African Population: Projections, 1850-1960. In: ITTMANN, Karl et al. (ed.). *The Demographics of Empire: The Colonial Order and the Creation of Knowledge*. Athens: Ohio University Press, 2010.

MATOS, Paulo Teodoro de. Populations Censuses in the Portuguese Empire, 1750-1820: Research Notes. *Romanian Journal of Population Studies*, v. 7, n. 1, p. 5-26, 2013.

PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na época da Rainha Jinga, século XVII*. Lisboa: Estampa, 1990.

SILVA, Daniel Barros Domingues da. *Crossroads: Slave Frontiers of Angola, c. 1780-1867*. Atlanta, Georgia, 2011. Tese (Doutoramento) - Emory University, 2011.

SMALLWOOD, Stephanie E. *Saltwater Slavery: A Middle Passage from Africa to American Diaspora*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

THORNTON, John. Demography and History in the Kingdom of Kongo, 1550-1750. *Journal of African History*, v. 18, n. 4, p. 507-530, 1977.

THORNTON, John. The Slave Trade in the Eighteenth Century: Effects on Demographic Structures. *Canadian Journal of African Studies*, v. 14, n. 3, p. 417-427, 1980.

VANSINA, Jan. *How Societies Are Born: Governance in West Central Africa before 1600*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.

VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Estampa, 1992.

WAGNER, Ana Paula. *Recenseamentos no império português: recenseamentos na África oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2009.